

O AMAZONAS E OS RECURSOS NATURAIS - I

Nilson Pimentel (*)

19/jan/2018

Nesse começo de ano alguns fatos tem ganhado atenção das mídias locais, principalmente os sociais e políticos, enquanto os fatos econômicos, mesmo que tenham impacto e máxima importância à sociedade, como a taxa de inflação brasileira anual (2,95% -2017), o índice recorde de pontos na Bolsa de Valores (BOVESPA), indicadores da lenta recuperação econômica, nível da taxa de juros prime (SELIC-7%) da economia brasileira, resultados da atividade comercial em Manaus com alguma recuperação nesse final de 2017 e o desemprego crescente na economia, dentre outros fatos não tiveram grandes comentários no Amazonas.

Por outro lado, o governo tampão ainda não deu nenhum sinal de “arrumação da casa”, e pelo cenário de ano eleitoral, a sociedade amazonense tem pouca esperança que se faça alguma contribuição significativa ao desenvolvimento econômico.

Com um cenário no Brasil bem atribulado em face de ano eleitoral, os profissionais do Clube de Economia da Amazônia (CEA) tem discutido sobre a ausência de conhecimentos sobre cadeias produtivas de produtos regionais de base sobre os recursos naturais abundantes no Amazonas e cadeias de valor de produtos do Polo Industrial de Manaus (PIM) e o a que essa falta reflete negativamente na economia estadual, notadamente, não adoção do Planejamento Econômico Estratégico (PEE) e em programas e projetos de desenvolvimento econômico.

Para os economistas do CEA, o que mais preocupa quanto aos processos de desenvolvimento econômico regional aqui no Amazonas é a questão da oferta de recursos naturais que se têm disponíveis para o desenvolvimento do estado, haja vista, as atuais mudanças significativas da realidade econômica global, que jamais se terá no futuro que repetir o passado, mas as concepções de padrões aperfeiçoados de ação institucional do Estado para lidar com as dotações desses recursos naturais.

Como comprometimento com o futuro da economia amazonense, esses especialistas não veem saída para o futuro governante amazonense, levar em consideração que essas mudanças e a redução do espaço para uma pauta macroeconômica estadual que renove e amplie o interesse e também a necessidade acerca das discussões das estratégias de desenvolvimento econômico regional que assegurem ao Amazonas crescimento econômico de médio e longo prazo, objetivando melhorias das desigualdades intra regional e que tenham como meta alcançar padrão tecnológico da estrutura produtiva amazonense.

As rodadas de discussões e estudos do CEA acerca dos recursos naturais e suas potencialidades econômicas se prendem nos fatos que até então se constata, após 50 anos do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), não haver nenhuma concentração de estruturas produtivas com a racionalidade econômica e nem atividades de exploração de algum recurso natural direcionado, como commodities, às exportações.

Acredita-se que estudos existam ou que não conhecidos, ainda que possam servir de base à análise crítica dessas ausências que reflita e demonstre ao governante a necessidade de ações de desenvolvimento econômico regional com base nos recursos naturais dentro da racionalidade econômica como efeito de novas oportunidades de investimentos produtivos e desafios de se estruturar cadeias produtivas centradas em recursos naturais e cadeias de valor de produtos da indústria dinâmica do PIM, como instrumentos para adoção de estratégias de desenvolvimento econômico regional do Amazonas.

O que se tem visto e ouvido nesses anos de vida, por alguma razão desconhecida, no Amazonas o assunto dos Recursos Naturais (minerais, água, gás natural, turismo, florestas, serviços ambientais, fauna e flora) parecer ser

proibido ou até sua exploração mais extensivamente, como se fosse proibido tocar, utilizar esse impar bioma em favor do povo amazonense, sendo os guardiões pobres de potes de ouro.

Assim, dissemina-se um modo de pensar que cultua o atraso como forma de poder sobre os menos favorecidos que representa a grande maioria dessa sociedade.

De um lado, se vive em meio às transições naturais de chuvas torrenciais, enchentes descomunais, secas sacrificantes e escassez, para logo em seguida se ter abundâncias dadivosas, mas se continua pobre, recebendo migalhas do poder governante vigente (“bolsas e bolsas”, ranchos e cestas básicas).

Então, como fugir dessa sina imposta? É a maldição da abundância dos recursos naturais? Parece-nos que esses recursos naturais estão sendo interpretada como risco e não como oportunidades para o desenvolvimento econômico do Amazonas.

Nas teses econômicas desenvolvimentistas se depreende que não basta a região ser dotada de recursos naturais para alcançar o desenvolvimento econômico, mas depende de fatores externos para que haja indução desses processos, tais como: conhecimentos científicos e tecnológicos, capital financeiro e humano, firme processo decisório do governante e competência, dentre outros, pois essa abundância de recursos naturais pode assumir dimensões de benção ou maldição.

Sem embargo de outras abordagens, no caso do estado do Amazonas, os economistas do CEA defendem a ideia dos Recursos Naturais como possibilidades para se fazer o desenvolvimento econômico regional o quanto antes, podendo alargar as discussões no sentido da racionalidade econômica em atividades de base primária, mas que leve ao processamento industrial das matérias primas para produtos de consumo.

Por outro lado, atividades econômicas com base nos recursos naturais, para o pessoal do CEA, podem chegar a setores dinâmicos, intensivos naqueles fatores externos, com elevado crescimento da produtividade, apresentando convergências interativas relevantes para trás e para frente na cadeia produtiva, propagar avanços técnicos (*technical spillovers*), que alcance significativa cadeia de valor, tanto quanto na indústria moderna.

Entretanto, o que chama atenção àqueles especialistas, como luz central do processo, para complementar a abundância de recursos naturais, é formatar boas instituições, capital humano capacitado de elevado grau e conhecimentos científicos e tecnológicos específicos, uma vez que a falta desses fatores é que causa o atraso no desenvolvimento econômico regional e não a concentração da estrutura produtiva em atividades centradas em recursos naturais.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.